

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação realizada aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, com início as quatorze horas e quarenta minutos, na Casa dos Conselhos, sito a Rua Ipiranga, nº 544 – Centro – Petrópolis. A reunião é aberta pela vice-presidente, professora Ednéa Valle de Mello, que propõe que ata da reunião do mês de outubro não seja lida devido a sua extensão, o que é aceito por todos os presentes. Em seguida, a secretária executiva distribui a pauta da reunião e a vice-presidente faz a chamada, estando presentes os seguintes conselheiros: Cláudia Quintanilha de Almeida, representante da Secretaria de Educação; Vivian Portilho Bambino, suplente representante da Secretaria de Educação; Alexandre Sheremetieff, Leonardo da Silva dos Santos Bastos, suplente representante do SIMPRO, Heloisa Josiele S. Carreiro, representante do Poder Executivo Municipal; Alexandre R. Nogueira, suplente representante das Instituições de Ensino Superior; Lucília Maria Araujo Mota, representante da Regional Serrana I; Sandra Cristina Motta Bortolotti, representante da Secretaria de Educação; Renato Freixiela de Oliveira, representante do SIMPRO; Thiago Galeigo Damaceno, representante do Legislativo Municipal; Noelma Simões da Costa, representante da Instituição de Educação do Município; Maria Carla Fonseca Vianna, representante do Poder Executivo Municipal; Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto, suplente representante da Secretaria de Educação; Ricardo Bragança Pinheiro Tâmmela, representante das Instituições de Ensino Superior e Adenilson Honorato da Silva, representante do Poder Executivo Municipal. Em seguida, o conselheiro Ricardo Tâmmela, que também é presidente do Conselho do FUNDEB inicia sua apresentação no que tange ao funcionamento deste Fundo, explicando o que é e qual é a sua finalidade. Posteriormente, comunica que obteve dificuldade em acompanhar dados do Censo Escolar por não conseguirem respostas da Secretaria de Educação. A professora Lucília pergunta qual foi a dificuldade, o que é reforçado pelo conselheiro Ricardo que as dificuldades encontradas foram com respostas. O conselheiro Renato Freixiela questiona o por que da dificuldade e diz que isto é uma questão grave. Ricardo diz que não sabe responder e que a última reunião do Conselho do

FUNDEB com quorum foi em agosto. Em seguida, fala do convênio do Metodista com a Prefeitura de Petrópolis, esclarecendo que a Educação Infantil e o Ensino Médio não faziam parte do convênio e que os alunos saíam da Educação Infantil direto para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Houve uma denúncia e o Conselho do FUNDEB apurou e constatou, realizando ajuste de conduta. Neste momento, Ricardo solicita ajuda do conselheiro Adenilson para expor as dificuldades do Conselho do FUNDEB, dentre elas: a grande rotatividade dos membros e a falta de quorum. O conselheiro Alexandre pergunta quanto representa sessenta por cento da remuneração do magistério na folha de pagamento da Prefeitura. Ricardo responde que noventa e sete por cento dos recursos são usados na remuneração do magistério, esclarecendo que não sabe dizer quanto corresponde em valor. A conselheira Maria Carla chega as quatorze horas e cinquenta e sete minutos e o conselheiro Thiago Damaceno chega as quatorze horas e o cinquenta e nove minutos. Esclarece ainda que o Conselho não tem como verificar a qualidade do uso do recurso. Alexandre questiona se comprovam a utilização dos recursos com notas fiscais. Ricardo responde que sim, dizendo que, além desse, há outros meios. O conselheiro informa que a Secretaria de Educação não possui representante no Conselho do FUNDEB. A conselheira Lucília pergunta desde quando a Secretaria de Educação não indica membro para este conselho. O conselheiro Adenilson responde que inicialmente foi o João Raeder e depois Fernanda Rosa, retornando para João, que não quis ficar devido ser o funcionário que gerencia o FUNDEB na Secretaria de Educação. Posteriormente, Ricardo apresenta as ações do Conselho de 2010 e 2011 e diz que uma parte do FUNDEB (um milhão, oitocentos e sessenta e três mil, duzentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos) fica retido na Secretaria de Fazenda e que o conselho não consegue acompanhar a utilização desses recursos por não ter acesso aos documentos. Além disso, diz das dificuldades encontradas no funcionamento do conselho, tais como: inexperiência dos membros e dificuldades de comunicação com a Secretaria de Educação. Adenilson fala que um determinado conselheiro disse que os professores que estão fora da escola não poderiam ser pagos com

o dinheiro do FUNDEB e que queria saber quem eram esses professores. Esclarece que não concordava em expor quanto o professor estava ganhando e que dizer o nome e a função, concordaria, mas com o valor não concordava. Ricardo apresenta as dificuldades e os desafios para o ano de dois mil e doze, entre os quais: a eleição de um conselho com a totalidade de seus membros compromissados; metodologia de apresentação das informações; transmissão do conselho pelos atuais conselheiros. Adenilson fala da importância e da responsabilidade dos membros do conselho do FUNDEB e que o número de conselheiros é pequeno diante da responsabilidade que eles têm, lembrando que seus nomes e CPF constam no MEC e no FUNDEB. O conselheiro Alexandre parabeniza pelo trabalho e questiona quanto ao pagamento, perguntando se a prefeitura é obrigada a informar para o MEC. Ricardo diz que o Poder Público não permite que haja controle externo, já que é uma ação que acontece sem ser “premeditada”. Além disso, lembra que a atual gestão passou por três Secretários de Educação que apresentaram a mesma dificuldade de informação. A vice-presidente Ednéa pergunta como será feita a eleição para a composição do próximo Conselho FUNDEB. Ricardo responde que foi enviada divulgação do Edital de Convocação para os interessados a candidatura. Ricardo sugere que o Conselho do FUNDEB seja um subconselho do Conselho Municipal de Educação. A vice-presidente diz que no período em que não nos encontramos, aprendeu que a maioria das pessoas está aprendendo ainda o que é Conselho, que todos precisam de formação, de estudar para avançar e coloca os pontos a serem votados. Posteriormente, apresenta o formulário para atender reclamações e denúncias. A conselheira Lucília pergunta onde está acontecendo o atendimento do Conselho Municipal de Educação. Ednéa responde que há necessidade de pessoal para atendimento do Conselho. A conselheira Sandra solicita esclarecimento quanto a utilização do formulário apresentado. O conselheiro Alexandre diz que a ideia do formulário é boa, mas sugere uma ouvidoria. A vice-presidente coloca em votação a aprovação do formulário, sendo este aprovado por unanimidade. Ricardo lembra que na FASE nenhuma denúncia é aceita anonimamente e que a identidade do

denunciante é preservada. Diz ainda que todo conselheiro está apto a receber denúncias e que deve-se preservar a identidade desde que a pessoa solicite. A conselheira Rosimar chega as quinze horas e trinta e seis minutos e a conselheira Noelma chega as quinze horas e trinta e sete minutos. Alexandre diz que o conselheiro que receber a denúncia ou reclamação avalie se há necessidade de ser totalmente anônimo. A vice-presidente coloca em votação a questão do anonimato das denúncias, o que não é aprovado, sendo a identidade do denunciante mantida. Alexandre pergunta como será o encaminhamento por quem receber a denúncia, se será levado para o conselho para discussão em plenária. Com relação aos ofícios, a vice-presidente pergunta se os presentes autorizam que os faça em nome do conselho, o que é aprovado por todos. Ednéa coloca os assuntos apontados nos assuntos gerais em votação, a saber: espaço para funcionamento do COMED na Casa dos Conselhos, aprovado por todos; uma pessoa a disposição para atendimentos gerais, aprovado por todos; determinar as reuniões ordinárias e extraordinárias na Casa dos Conselhos, aprovada por todos; faltas dos conselheiros com justificativa apresentadas nas reuniões, aprovada por todos. Ednéa lembra também da relevância da disponibilidade de transporte uma vez por mês para o COMED. Ricardo lembra da função da Secretária Andreza. Ednéa da importância dos titulares avisarem aos seus suplentes quando da ausência nas reuniões. E seguida, solicita ao rapaz visitante que se apresente, o qual responde que está ali representando a Secretaria de Ciência e Tecnologia e solicita fazer parte do COMED. A conselheira Rosimar responde que é necessário aguardar a próxima Conferência Municipal de Educação para realizar esta solicitação. A conselheira Lucília lembra que a mudança no Regimento deve ser feita na Conferência. A vice-presidente acata os apontamentos feitos pelos conselheiros. Ricardo sugere que na próxima reunião se tenha as faltas acompanhadas das justificativas, lembrando que a participação da Secretária Técnica não pode ser efetivada pelo Conselho, somente o Poder Público pode determinar. A conselheira Rosimar pergunta qual é o posicionamento do COMED em relação aos contratos da Rede Municipal de Educação. Ednéa diz que foi informada que deve ter alguém do COMED na

comissão do edital do concurso. A suplente Cláudia Quintanilha, representante da Secretaria de Educação, diz que houve a participação da Conselheira Márcia Alves, da supervisora Carla Cleffs e da suplente Taís Bonfante e que foram tomados os devidos cuidados e estudos quanto ao Edital. Esclarece ainda que também fez parte da comissão. A conselheira Heloisa fala do retrocesso quanto aos professores de Educação Infantil que precisam ter somente o Ensino Médio para ingressar na Rede Municipal de Ensino. A vice-presidente Ednéa retoma o assunto acerca dos contratos, dizendo que, se os concursados chegarão somente em agosto, a rede ainda contará com os contratos. A suplente Cláudia Quintanilha fala da homologação do Concurso, que não pode ser feita depois de junho. A conselheira Rosimar questiona novamente a postura do COMED. Ricardo reitera o retrocesso do Edital no que tange a formação dos professores de Educação Infantil, o que é ruim para o município, lembrando que o COMED deve sim se colocar quanto aos contratos. Quem deve arcar com as contratações é a Secretaria de Educação. O conselheiro Renato Freixiela pergunta porque tanto tempo sem acontecer concurso público na cidade e diz que este deve acontecer anualmente e que espera que o COMED se coloque para cobrar um concurso anual, além disso, propõe que os conselheiros façam levantamento das necessidades para que haja concursos frequentes. A conselheira Rosimar, falando em nome do SEPE, diz que não se pode admitir que os contratados recebam metade do vencimento dos concursados. Lembra ainda que as Associações de Apoio às Escolas devem aprovar as contratações e que os presidentes destas ficam muito desprotegidos, pois os diretores fazem coisas para as quais não foram preparados. Ednéa propõe que se coloque e votação se os contratos devem ser feitos pela SEMED ou não, tendo treze votos a favor e uma abstenção. O conselheiro Adenilson pergunta sobre o uso PGDREM. Rosimar diz que mais de noventa por cento do dinheiro é usado para pagar contratos. A conselheira Lucília lembra que na reunião de outubro o próprio Secretário de Educação colocou sua estranheza quanto a forma que os contratos eram realizados em Petrópolis. Rosimar pergunta quais são os critérios que serão utilizados para as contratações. Ricardo diz que

através de ofício fique claro como está sendo feita a contratação e que não há nada que obrigue a participação de conselheiros na comissão. A suplente Vivian lembra mais uma vez do retrocesso quanto a exigência de formação para os professores da Educação Infantil e diz que o COMED deve se colocar oficialmente sobre esta questão. A conselheira Lucília se coloca contra o posicionamento de Vivian dizendo que a cidade oferece curso de formação de professores no Ensino Médio. O suplente Leonardo, do SIMPRO, diz que também não concorda com a colocação da Vivian, pois a LDB ainda não determinou isso e que o Sindicato entende que o professor formado em magistério é habilitado para trabalhar, mantendo o que prevê LDB. Rosimar diz que esta é uma discussão de mais de uma ano de PCCS e que foi resolvido que se seguiria a LDB. Ednéa reitera a solicitação da suplente Vivian. Rosimar diz que o COMED não pode se manifestar quanto a esta questão, pois estaria indo contra a LDB. O conselheiro Ricardo indica a possibilidade da presença de alguém do RH da Secretaria de Educação em fevereiro para discutir o tema. Rosimar informa que diretores, coordenadores de creche não receberam a gratificação, professores não receberam os vinte e cinco por cento da regência de classe. O conselheiro Ricardo solicita que na próxima reunião a conselheira Rosimar traga os itens que não estão sendo cumpridos para análise e, posteriormente o COMED envie para o Poder Executivo. Cláudia diz que tem cento e oitenta dias para colocar em prática os enquadramentos do PCCS. Rosimar lembra que cento e oitenta dias é para o funcionamento e não para o Poder Público executar. Ricardo diz que não se sente contemplado com as informações trazidas pela conselheira Rosimar e diz que para fevereiro seja revisto e votado. A conselheira Lucília diz que não faz parte do governo e não tem informações para votar. Rosimar fala que ficará para fevereiro a tarefa para todos os conselheiros tomarem conhecimento do assunto.